SANTISTA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 15.082.688/0001-73

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: De conformidade com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. A Administração coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para eventuais esclarecimentos complementares.

São Paulo, 28 de março de 2016

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015	Consolidado 2014
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	557	408	102.727	90.908
Aplicação financeira		–	–	14.857	–
Contas a receber de clientes	7	–	–	196.830	177.316
Estoques	8	–	–	178.216	163.930
Impostos a recuperar	9	143	130	93.481	23.084
Dividendos a receber de controladas	11	5.730	6.612	–	–
Investimentos destinados a venda		–	–	–	3.942
Despesas antecipadas		–	–	5.067	6.337
Outros créditos		92	68	13.220	22.264
		6.522	7.218	604.398	487.781
Ativos não circulantes classificados como mantidos para venda		–	–	5.612	–
Total do ativo circulante		6.522	7.218	610.010	487.781
Não Circulante					
Partes relacionadas	11	28	126	293.732	343.672
Depósitos judiciais	18	48	18	8.488	9.289
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.b)	–	–	217	159
Contas a receber de clientes	7	–	–	1.369	1.097
Impostos a recuperar	9	–	–	1.565	1.155
Despesas antecipadas		–	–	1.097	–
Outros créditos		464	353	21.138	2.060
Investimentos	12	185.941	55.769	–	–
Imobilizado	13	–	–	251.449	245.765
Intangível	14	–	–	15.785	14.707
Total do ativo não circulante		186.481	56.266	594.840	617.904
Total do Ativo		**193.003**	**63.484**	**1.204.850**	**1.105.685**

Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	Nota explicativa	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015	Consolidado 2014 (reapresentado)
Circulante					
Fornecedores	15	–	–	60.554	45.264
Empréstimos e financiamentos	16	–	–	878.518	266.681
Salários, provisões e contribuições sociais a pagar		1	1	27.828	24.044
Impostos e contribuições a recolher	17	2	–	8.111	6.919
Imposto de renda e contribuição social a pagar		–	–	21.994	9.769
Dividendos a pagar	11	2.497	2.497	2.634	2.634
Partes relacionadas	11	200	151	12.766	12.093
Outras obrigações		366	282	30.086	39.223
Provisão para perda de investimentos		50.758	45.753	–	–
Total do passivo circulante		53.824	48.684	1.042.491	406.627
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	–	–	697	651.256
Parcelamento de tributos	18	1.334	1.386	3.812	4.619
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.b)	21.933	21.791	22.628	23.493
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	318	416	18.483	29.091
Total do passivo não circulante		23.585	23.593	45.620	708.459
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)					
Capital social	19.a)	202.532	202.532	202.532	202.532
Reserva de capital		4.999	4.999	4.999	4.999
Reservas legal		18.309	18.309	18.309	18.309
Ajustes de avaliação patrimonial		(22.730)	(21.625)	(22.730)	(21.625)
Prejuízos acumulados		(87.516)	(213.008)	(87.516)	(213.008)
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) atribuído aos acionistas controladores		115.594	(8.793)	115.594	(8.793)
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido (passivo a descoberto) das controladas		–	–	1.145	(608)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		115.594	(8.793)	116.739	(9.401)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)		**193.003**	**63.484**	**1.204.850**	**1.105.685**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014
(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro (prejuízo) do exercício por ação)

	Nota explicativa	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015	Consolidado 2014 (reapresentado)
Operações Continuadas					
Receita Operacional Líquida	22	–	–	957.840	777.971
Custo dos Produtos Vendidos	23	–	–	(757.401)	(632.620)
Lucro Bruto		–	–	200.439	145.351
Receitas (Despesas) Operacionais					
Com vendas	23	–	–	(66.443)	(69.403)
Gerais e administrativas	23	(373)	(216)	(38.911)	(33.129)
Resultado de equivalência patrimonial	12	124.378	(155.869)	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(6)	(45)	9.779	(14.341)
Lucro (Prejuízo) Operacional e antes do Resultado Financeiro		123.999	(156.130)	104.864	28.478
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	25	12	51	51.965	24.306
Despesas financeiras	25	(151)	(103)	(164.248)	(133.042)
Variação cambial, líquida	26	131	38	166.359	26.267
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		123.991	(156.144)	158.940	(53.991)
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	10.a)	–	–	(28.002)	(11.109)
Diferidos	10.a)	(141)	–	456	(36.115)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício Proveniente das Operações Continuadas		**123.850**	**(156.144)**	**131.394**	**(101.215)**
Resultado da Operação Descontinuada	30	–	–	(5.615)	(57.666)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício		123.850	(156.144)	125.779	(158.881)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício Atribuível aos					
Acionistas controladores		123.850	(156.144)	123.850	(156.144)
Acionistas não controladores		–	–	1.929	(2.737)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício por Ação - R$					
Total - Básico e diluído	28	6,250	(7,880)		
Operações continuadas - Básico e diluído	28	6,250	(7,880)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva de capital: Reserva de incentivos fiscais - subvenções para investimentos	Reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial: Custo atribuído ao imobilizado	Ajustes de avaliação patrimonial: Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	**202.532**	**4.999**	**18.309**	**28.264**	**(24.826)**	**(58.356)**	**170.922**	**5.004**	**175.926**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(156.144)	(156.144)	(2.737)	(158.881)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	(22.314)	–	(22.314)	(2.875)	(25.189)
Resultado abrangente total do exercício	–	–	–	–	(22.314)	(156.144)	(178.458)	(5.612)	(184.070)
Realização de custo atribuído ao imobilizado, líquido dos efeitos tributários	–	–	–	(1.492)	–	1.492	–	–	–
Variação cambial de custo atribuído ao imobilizado	–	–	–	(1.257)	–	–	(1.257)	–	(1.257)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	**202.532**	**4.999**	**18.309**	**25.515**	**(47.140)**	**(213.008)**	**(8.793)**	**(608)**	**(9.401)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	123.850	123.850	1.929	125.779
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	904	–	904	(176)	728
Resultado abrangente total do exercício	–	–	–	–	904	123.850	124.754	1.753	126.507
Realização de custo atribuído ao imobilizado, líquido dos efeitos tributários	–	–	–	(1.642)	–	1.642	–	–	–
Variação cambial de custo atribuído ao imobilizado	–	–	–	(367)	–	–	(367)	–	(367)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	**202.532**	**4.999**	**18.309**	**23.506**	**(46.236)**	**(87.516)**	**115.594**	**1.145**	**116.739**

A s notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015	Consolidado 2014
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício		**123.850**	**(156.144)**	**125.779**	**(158.881)**
Outros resultados abrangentes:					
Item que não será reclassificado subsequentemente para o resultado - Efeito de mudança de premissas atuariais, líquido de impostos		687	1.805	687	1.805
		687	1.805	687	1.805
Item que será reclassificado subsequentemente para o resultado - Ganho (perda) na conversão de demonstrações financeiras de controladas do exterior	12	217	(7.972)	41	(10.847)
		217	(7.972)	41	(10.847)
Itens reclassificados para o resultado:					
Valor justo de "hedge" de fluxo de caixa realizado, líquido de impostos - controlada Santista Work Solution S.A.	20.i)	–	12.970	–	12.970
Ganho (perda) cambial de mútuos com controladas no exterior, líquidos de impostos		–	7.954	–	7.954
Ganho na conversão de demonstrações financeiras de controlada no exterior (operação descontinuada)	30	–	(37.071)	–	(37.071)
		–	(16.147)	–	(16.147)
Total dos outros resultados abrangentes		904	(22.314)	728	(25.189)
Resultado Abrangente Total do Exercício		**124.754**	**(178.458)**	**126.507**	**(184.070)**
Resultado Abrangente Atribuível aos					
Acionistas controladores		124.754	(178.458)	124.754	(178.458)
Acionistas não controladores		–	–	1.753	(5.612)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015	Consolidado 2014 (reapresentado)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício proveniente das operações continuadas		123.850	(156.144)	131.394	(101.215)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício proveniente das operações continuadas com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	13 e 14	–	–	33.689	44.897
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	–	–	4.949	16.979
Passivo atuarial de planos de pensão e benefícios pós-emprego		–	–	1.058	1.027
Provisão (reversão) para perdas nos estoques	8	–	–	(93)	627
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	7	–	–	(7.756)	10.081
Provisão (reversão) para perdas do imobilizado	13	–	–	1.897	(954)
Provisão (reversão) de provisão para impostos a recuperar	9	–	–	(89)	86
Perda (ganho) na alienação de bens do ativo imobilizado		–	–	(3.673)	1.076
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos		–	–	79.712	123.014
Juros e variação cambial sobre mútuos com partes relacionadas		(19)	(13)	(128.253)	(42.723)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(124.378)	155.869	–	–
Ganho e atualização monetária com processo tributário		–	–	(27.647)	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.a)	142	–	(456)	36.115
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		–	–	(17.642)	(14.608)
Estoques		–	–	(14.193)	(8.667)
Impostos a recuperar		(13)	(13)	(43.071)	3.609
Despesas antecipadas		–	–	(1.672)	(2.316)
Outros créditos		(135)	149	(10.034)	(11.545)
Depósitos judiciais		(30)	(18)	801	727
Partes relacionadas		165	(208)	(650)	2.396
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		–	–	15.270	(7.024)
Impostos e contribuições a recolher		(50)	(49)	30.010	6.965
Salários, provisões e contribuições sociais a pagar	**18**	–	(1)	3.784	(4.065)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(98)	–	(15.557)	(24.063)
Outras obrigações		84	15	(9.790)	13.112
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(482)	(413)	21.988	43.531
Recebimento (pagamento) de operações com instrumentos financeiros derivativos		–	–	129.648	(15.285)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos		–	–	(76.632)	(52.934)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		–	(9)	(17.400)	(9)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(482)	(422)	57.604	(24.697)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Aumento de capital em controladas	12	(252)	(49)	–	–
Caixa e equivalentes de caixa reclassificado para aplicação financeira	6	–	–	(14.857)	–
Recebimento por venda de bens do ativo imobilizado		–	–	6.473	219
Caixa e equivalentes de caixa na descontinuidade de controlada		–	–	–	(7.743)
Aquisição de imobilizado e intangível	13 e 14	–	–	(49.173)	(21.099)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(252)	(49)	(57.557)	(28.623)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Dividendos recebidos de controladas	11	883	–	–	–
Captação de empréstimos e financiamentos		–	–	306.995	1.032.608
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal		–	–	(478.203)	(1.087.259)
Mútuos concedidos a partes relacionadas		–	–	–	(1)
Recebimentos de mútuos concedidos a partes relacionadas		–	–	192.615	138.570
Captação de mútuos de partes relacionadas		–	–	–	29
Amortização de mútuos obtidos de partes relacionadas		–	–	–	(28)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		883	–	21.407	83.919
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		–	–	(9.635)	953
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa		149	(471)	11.819	31.552
Caixa e Equivalentes de Caixa					
Saldo no início do exercício	5	408	879	90.908	59.356
Saldo no fim do exercício	5	557	408	102.727	90.908
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa		149	(471)	11.819	31.552

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Disposições gerais

A Santista Participações S.A. ("Companhia"), nova denominação da Tavex Brasil Participações S.A., atua substancialmente como "holding company" das empresas controladas descritas na nota explicativa nº 12, as quais têm por objeto social o processamento de algodão, a fiação, a tecelagem e o acabamento de tecidos de índigo, brins de puro algodão, tecidos profissionais, mistos de poliéster/algodão e de outros fios e tecidos; a comercialização, importação e exportação desses produtos e suas matérias-primas, bem como o negócio de confecções e demais atividades correlatas e afins, inclusive lavanderia industrial; a representação, por conta própria ou de terceiros; a prestação de serviços; e a locação de bens móveis e imóveis de sua propriedade.

Conforme mencionado no item b) a seguir, a reorganização societária ocorrida em fevereiro de 2014 resultou na segregação, das operações brasileiras, dos principais segmentos, "Work" e "Denim", e marca o reposicionamento estratégico da Companhia e maior dedicação a cada um dos segmentos em que opera.

A Companhia possui sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, tendo como principal acionista o Grupo Tavex S.A. ("Grupo Tavex"), sediado na Espanha, controlada do Grupo Camargo Corrêa.

A Companhia e seu acionista Camargo Corrêa vêm conduzindo um processo constante de revisão de suas operações devido à evolução da situação econômica do mercado têxtil no Brasil e no mundo. A Administração da Companhia e de sua controladora Camargo Corrêa revisou o plano de negócios para os próximos exercícios, para adaptá-lo às circunstâncias atuais e previstas para os mercados em que a Companhia e suas controladas operam, e acredita que as suas operações para os próximos exercícios indicam rentabilidade necessária para continuar mantendo suas operações. Uma das ações realizadas foi a venda do investimento da controlada Tavemex - México (vide detalhes na nota explicativa nº 1.c). Adicionalmente, em nível de grupo, a Administração está tomando medidas oportunas para poder cumprir com o calendário de renovação da dívida de curto prazo e continuar obtendo o apoio financeiro necessário para financiar suas operações através de seu acionista controlador final Camargo Corrêa.

Ressaltamos que a Companhia tem apresentado nos últimos anos uma melhora nos indicadores operacionais fazendo com que o acionista controlador final Camargo Corrêa continue considerando a Companhia e suas controladas como um investimento estratégico para o seu portfólio de negócios no Brasil. Corroborando com essa estratégia e conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a Camargo Corrêa é garantidora dos empréstimos tomados com instituições financeiras.

b) Reorganização societária

Em 1º de março de 2014, a Companhia concluiu um processo de reestruturação societária que compreendeu:

(i) a cisão parcial do patrimônio líquido da Tavex Brasil S.A, antiga denominação da Santista Work Solution S.A. ("Santista Work"), nova denominação da Tavex Brasil S.A., então controlada integral da Companhia, das operações do segmento "Denim";

(ii) a integralização do acervo líquido cindido da Santista Work Solution S.A. pela Santista Jeanswear S.A., nova denominação da Tavex Indústria Textil S.A., subsidiária integral da Santista Participações; e

(iii) alteração da razão social da Tavex Brasil S.A. para Santista Work Solution S.A.

c) Investimento destinado à venda

Em dezembro de 2014, em Reunião de Diretoria, foi aprovada a alienação do investimento direto detido pela controlada Santista Work Solution S.A. na Tavemex S.A. ("Tavemex"), localizada no México, a qual atua no mesmo segmento da Companhia. Em abril de 2015, a controlada Santista Work concluiu a alienação, da integralidade de sua participação acionária na Tavemex.

Os efeitos da operação descontinuada refletida no balanço patrimonial e no resultado do exercício estão demonstrados na nota explicativa nº 30.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, identificadas como Controladora e Consolidado. Conforme facultado pela Resolução CFC nº 1.162/09, a Companhia decidiu não apresentar a demonstração do valor adicionado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados bens do ativo imobilizado avaliados pelo custo atribuído, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados, sendo as principais as seguintes:

a) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem os seguintes procedimentos:

• Eliminação dos direitos, das obrigações, das receitas, dos custos e das despesas decorrentes de negócios realizados entre as empresas incluídas na consolidação.

• Eliminação do investimento na controladora contra o patrimônio líquido das controladas.

• Identificação da participação não controladora no resultado consolidado e no balanço patrimonial consolidado dentro do patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da controladora.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.c), foi aprovada a alienação do investimento direto detido pela controlada Santista Work Solution S.A. na Tavemex. Como consequência, a Tavemex passou a ser desconsolidada devido à destinação do investimento para venda. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de investimento estava registrado no ativo circulante na rubrica "Investimento destinado à venda" e no resultado de 2015 e de 2014 como "operação descontinuada".

As controladas e os percentuais de participação estão descritos na nota explicativa nº 12.

Investimentos em controladas

Os investimentos em controlada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme detalhes demonstrados na nota explicativa nº 12.

b) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos e às mercadorias vendidos são transferidos aos compradores e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia e suas controladas. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

c) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico que a Companhia e suas controladas atuam ("a moeda funcional"). As demonstrações estão apresentadas em reais (R$) que é a moeda funcional e de apresentação.

d) Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se das taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, no qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo, com 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

f) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de perdas prováveis na realização, conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 7.

g) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. Para os itens considerados obsoletos, ou de giro lento, é constituída provisão para obsolescência, considerando sua futura realização.

h) Ativo mantido para venda (Operações descontinuadas)

O ativo é classificado como mantido para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não por meio do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável.

A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

O ativo classificado como destinado à venda é mensurado pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

Devido à decisão, tomada pela Administração, da venda do investimento detido na controlada indireta Tavemex, este foi classificado como "destinado à venda" e contabilizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 31 - Ativos Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas.

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme as taxas demonstradas na nota explicativa nº 13. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Conforme mencionado no item l) a seguir, quando aplicável, os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento do tipo financeiro, são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

j) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é calculada linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados nas datas de encerramento das demonstrações financeiras e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Compreendem: (i) gastos com desenvolvimento de produtos; e (ii) licenças de uso de sistemas computadorizados (softwares), incluindo os correspondentes gastos com implementação, e são amortizados de acordo com as taxas descritas na nota explicativa nº 14.

Os gastos associados à manutenção dos sistemas computadorizados são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

Os gastos com pesquisa de produtos são registrados como despesa do exercício, quando incorridos. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 14.

k) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia e suas controladas analisam anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais evidências estejam presentes, estimam o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

l) Arrendamentos

A classificação dos contratos de arrendamento entre financeiro e operacional é realizada pela Companhia e por suas controladas no momento da sua contratação. Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário.

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando aplicável, os arrendamentos financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento financeiro é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 13, ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia e suas controladas possuíam somente arrendamentos operacionais.

m) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecida quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

É atualizada até as datas de encerramento das demonstrações financeiras pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores legais da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 18.

n) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

A provisão para IRPJ é calculada individualmente por empresa do Grupo Tavex com base nas alíquotas vigentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que elas se situam (vide quadro demonstrativo a seguir). A provisão para IRPJ e CSLL está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para IRPJ e CSLL da Companhia e das controladas no Brasil é calculada com base nas alíquotas vigentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, sendo o IRPJ e a CSLL calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita a interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Alíquotas de imposto de renda das controladas do exterior

País	Alíquota - %
Argentina	35
Chile	20
Uruguai	25

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas de encerramento das demonstrações financeiras e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia e suas controladas esperam, nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia e suas controladas pretendem liquidar o valor líquido de seus ativos e passivos fiscais correntes.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

Reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, quando aplicável, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 10.

o) Benefícios a empregados

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia e de suas controladas quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e de suas controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia e suas controladas, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia e nas suas controladas. Um benefício econômico está disponível a Companhia e as suas controladas se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Ganhos e perdas atuariais do plano de previdência privada

Todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes posteriormente são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados, vide detalhes divulgados na nota explicativa nº 21.

p) Resultado por ação

Apresentado como básico e diluído conforme descrito na nota explicativa nº 28.

q) Incentivos fiscais - subvenção para investimentos

Na controlada Santista Work Solution S.A., a subvenção para investimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS do Estado de Sergipe é registrada a crédito na rubrica "Impostos sobre vendas" e a subvenção para investimento do IRPJ é registrada a crédito na rubrica "Imposto de renda e contribuição social - correntes". Posteriormente, quando do encerramento do exercício, são destinados à rubrica "Reserva de incentivos fiscais - subvenção para investimentos" no patrimônio líquido, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

A controlada reconhece o incentivo referente à subvenção do Estado de Sergipe mensalmente na apuração do ICMS da unidade operacional localizada na cidade de Nossa Senhora do Socorro, uma vez que não existem condições a serem previamente atendidas para o reconhecimento do incentivo.

r) Instrumentos financeiros

Reconhecidos na data de negociação e inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia e por suas controladas são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia e suas controladas possuíam instrumentos financeiros classificados como:

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Nessa categoria são classificados unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", na demonstração do resultado.

Mensuração

As mensurações do valor justo são classificadas nas categorias níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

• Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Sociedade pode ter acesso na data de mensuração.

• Nível 2 - são informações, que não são os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.

• Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo

(ii) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como:

(i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Classificados sob essa denominação quando são mantidos para negociação ou mensurados ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros classificados nessa categoria.

(ii) Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado

Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, são representados por empréstimos e financiamentos bancários, contas a pagar a fornecedores e saldos a pagar a partes relacionadas.

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge"

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e por suas controladas, são mensuradas ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, quando não designados em uma contabilidade de "hedge". Os valores nominais das operações com instrumentos financeiros derivativos não são registrados nos balanços patrimoniais. Os resultados líquidos não realizados dessas operações, apurados pelos valores justos de mercado, são registrados no resultado pelo regime de competência, tendo como contrapartida as contas do ativo e passivo circulantes. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela área de Tesouraria da Companhia e de suas controladas com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

s) Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB

As novas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e que ainda não estão em vigor são:

• Modificações à IAS 1/CPC 26 (R1) - Iniciativa de Divulgação - Melhorias no que tange à aplicação do conceito de materialidade na prática. (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2016).

• Modificações à IAS 16/CPC 27 e à IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimento dos Métodos de Depreciação e Amortização Aceitáveis - proíbem as empresas de usarem o método de depreciação com base na receita para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38/CPC 04 (R1) introduzem a premissa refutável de que a receita não é uma base apropriada para determinar a amortização de um ativo intangível (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2016).

• Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2012-2014 - Mudanças à IFRS 5 - situações de mantido para venda ou distribuição; IFRS 7 - clarificação sobre se um contrato de serviço representa envolvimento contínuo em um ativo transferido; e IAS 9 - considerações sobre a taxa de desconto do benefício pós-emprego - IFRS 5 - as alterações esclarecem que essa mudança deve ser considerada como uma continuidade do plano original de alienação e, portanto, as exigências previstas na IFRS 5 com relação à alteração do plano de venda não são aplicáveis; IFRS 7 - as alterações à IFRS 7 fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos; IAS 9 - as alterações à IAS 19 esclarecem que a taxa utilizada para desconto de obrigações de benefício pós-aposentadoria deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado no fim do período de reporte com relação a títulos corporativos de alta qualidade (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2016).

• IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017).

• IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018).

• IFRS 16 - Arrendamento mercantil - Requer uma nova avaliação dos arrendamentos tanto dos arrendadores ou dos arrendatários, substituindo a IAS 17. A definição de arrendamento financeiro desaparece, deixando exceções para arrendamentos de curto prazo e itens de valor baixo (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2019).

A Administração da Companhia está avaliando essas novas IFRSs e os impactos dos pronunciamentos mencionados anteriormente e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. Até a presente data não foram mensurados os efeitos.

Não existem outros pronunciamentos e interpretações emitidos e ainda não adotados que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS EM VIRTUDE DE RECLASSIFICAÇÃO DE ANOS ANTERIORES

Visando à melhor apresentação e comparabilidade entre os exercícios, foram efetuadas determinadas reclassificações no balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro e em 1º de janeiro de 2014, sendo:

• Saldo de empréstimos e financiamento - convênio de aquisição de crédito de fornecedores, referente às transações sob a modalidade de "confirming", conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

• Saldo a pagar a partes relacionadas (mútuos).

Os impactos no ativo e passivo, consolidados em 31 de dezembro de 2014 e em 1º de janeiro de 2014, na demonstração do resultado e nos fluxos de caixa, consolidados, referentes ao exercício de 2014, em virtude dessas reclassificações, são como segue:

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro e 1º de Janeiro de 2014

(Em milhares de reais - R$)

Ativo	Consolidado 31/12/2014			Consolidado 01/01/2014		
	Original	**Ajustes**	**Reapresentado**	**Original**	**Ajustes**	**Reapresentado**
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	90.908	–	90.908	59.356	–	59.356
Contas a receber de clientes	177.316	–	177.316	199.193	–	199.193
Estoques	163.930	–	163.930	192.286	–	192.286
Impostos a recuperar	23.084	–	23.084	67.730	–	67.730
Investimento destinado a venda	3.942	–	3.942	–	–	–
Despesas antecipadas	6.337	–	6.337	6.139	–	6.139
Outros créditos	22.264	–	22.264	12.153	–	12.153
Total do ativo circulante	487.781	–	487.781	536.857	–	536.857
Não Circulante						
Partes relacionadas	343.672	–	343.672	362.621		362.621
Depósitos Judiciais	9.289	–	9.289	10.637		10.637
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	159	–	159	44.389		44.389
Contas a receber de clientes	1.097	–	1.097	754		754
Impostos a recuperar	1.155	–	1.155	2.216		2.216
Outros créditos	2.060	–	2.060	856		856
Imobilizado	245.765	–	245.765	414.207		414.207
Intangível	14.707	–	14.707	23.255		23.255
Total do ativo não circulante	617.904	–	617.904	858.935	–	858.935
Total do Ativo	**1.105.685**	**–**	**1.105.685**	**1.395.792**	**–**	**1.395.792**

Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	Consolidado 31/12/2014			Consolidado 01/01/2014		
	Original	**Ajustes**	**Reapresentado**	**Original**	**Ajustes**	**Reapresentado**
Circulante						
Fornecedores	91.841	(46.577)	45.264	126.697	(55.800)	70.897
Empréstimos e financiamentos	220.104	46.577	266.681	723.931	55.800	779.731
Salários, provisões e contribuições sociais a pagar	24.044	–	24.044	28.941	–	28.941
Impostos e contribuições a recolher	6.919	–	6.919	27.705	–	27.705
Imposto de renda e contribuições sociais a pagar	9.769	–	9.769	4.019	–	4.019
Dividendos a pagar	2.634	–	2.634	2.634	–	2.634
Partes relacionadas	12.093	–	12.093	9.316	–	9.316
Outras obrigações	39.223	–	39.223	31.203	–	31.203
Total do passivo circulante	406.627	–	406.627	954.446	–	954.446
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos	651.256	–	651.256	197.766	–	197.766
Parcelamento de tributos	4.619	–	4.619	5.612	–	5.612
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	23.493	–	23.493	24.113	–	24.113
Obrigações de planos de pensão e benefícios pós-emprego	29.691	–	29.691	36.175	–	36.175
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	–	–	–	1.754	–	1.754
Total do passivo não circulante	709.059	–	709.059	265.420	–	265.420
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)						
Capital social	202.532	–	202.532	202.532	–	202.532
Reserva de capital	4.999	–	4.999	4.999	–	4.999
Reservas legal	18.309	–	18.309	18.309	–	18.309
Ajustes de avaliação patrimonial	(21.625)	–	(21.625)	3.438	–	3.438
Prejuízos acumulados	(213.008)	–	(213.008)	(58.356)	–	(58.356)
Total do passivo a descoberto aos acionistas controladores	(8.793)	–	(8.793)	170.922	–	170.922
Patrimônio liquido (passivo a descoberto) aos acionistas não controladores	(908)	–	(908)	5.004	–	5.004
Total do patrimônio liquido (passivo a descoberto)	(9.701)	–	(9.701)	175.926	–	175.926
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	**1.105.985**	**–**	**1.105.985**	**1.395.792**	**–**	**1.395.792**

Demonstração do Resultado
para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014

(Em milhares de reais - R$, exceto o prejuízo do exercício por ação)

	Consolidado 2014		
	Original	**Ajustes**	**Reapresentado**
Receita Operacional Líquida	777.971		777.971
Custo dos Produtos Vendidos	(634.150)	1.530	(632.620)
Lucro Bruto	143.821	1.530	145.351
Lucro Operacional e antes do Resultado Financeiro	26.948	1.530	28.478
Resultado Financeiro	(80.939)	(1.530)	(82.469)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(53.991)	–	(53.991)
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente	(11.109)		(11.109)
Diferidos	(36.115)		(36.115)
Prejuízo do Exercício Proveniente das Operações Continuadas	(101.215)	–	(101.215)
Resultado da Operação Descontinuada	(57.666)		(57.666)
Prejuízo do Exercício	(158.881)	–	(158.881)
Atribuível aos:			
Acionistas controladores	(156.144)	–	(156.144)
Acionistas não controladores	(2.737)	–	(2.737)
(Prejuízo) do Exercício por Ação - R$			
Total -			
Básico e diluído	(7,880)	–	(7,880)
Operações Continuadas			
Básico e diluído	(7,880)	–	(7,880)

Demonstração dos Fluxos de Caixa
para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014

(Em milhares de reais - R$)

	Consolidado 2014		
	Original	**Ajustes**	**Reapresentado**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(32.388)	7.691	(24.697)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(28.623)	–	(28.623)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	91.610	(7.691)	83.919
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	953	–	953
Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	31.552	–	31.552

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Na aplicação das práticas contábeis da Companhia e de suas controladas descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente quanto períodos futuros.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

a) Reconhecimento da receita de vendas

Para fazer esse julgamento, a Administração levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos e, em particular, se as controladas haviam transferido ao comprador os principais riscos e benefícios da propriedade dos produtos. Após a quantificação criteriosa do passivo das controladas relativo ao trabalho de retificação e das limitações acordadas a respeito da possibilidade de os clientes solicitarem trabalhos adicionais ou a substituição dos produtos, a Administração concluiu que os principais riscos e benefícios foram transferidos e que seria apropriado o reconhecimento das receitas no exercício corrente.

b) Imposto de renda e contribuição social - diferidos

A Companhia e suas controladas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica e reduz esse valor quando não for mais provável que haverá lucro tributável suficiente disponível para permitir que todo ou parte do ativo seja recuperado.

c) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 18. A provisão é constituída para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no critério descrito na nota explicativa nº 2.2.f).

e) Provisão para perdas nos estoques

Constituída considerando-se a análise realizada pela Administração para os estoques classificados como diferentes de primeira linha sobre as prováveis perdas de margem na venda e de giro lento.

f) Plano de previdência privada

O valor atual do plano de previdência privada depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e outras, divulgadas na nota explicativa nº 21. A mudança em uma dessas estimativas pode afetar os resultados apresentados.

g) Avaliação do valor recuperável do imobilizado e intangível

Os bens do imobilizado, do intangível e de outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

h) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito nas notas explicativas nº 13 e nº 14, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Caixa e bancos - em reais (R$)	62	408	3.705	3.504
Caixa a internalizar (*)	–	–	9.502	2.048
Bancos em moeda estrangeira	–	–	17.445	4.242
	62	408	30.652	9.724
Aplicações financeiras:				
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	–	–	13.544	13.460
Operações lastreadas em debêntures	495	–	32.590	67.455
Investimentos financeiros - Tavex Argentina S.A.	–	–	25.941	199
	495	–	72.075	81.114
	557	408	102.727	90.908

(*) Saldo referente a recebíveis de clientes do mercado externo que, na data do balanço, estavam pendentes de fechamento de câmbio e são representados pelo montante de US$2.433 mil dólares americanos, em 31 de dezembro de 2015 (US$770 em 31 de dezembro de 2014).

Os recursos financeiros disponíveis no Brasil são aplicados basicamente em aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, remuneradas entre 98,0% e 100,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (85,0% e 98,0% em 31 de dezembro de 2014) e operações lastreadas em debêntures, com vencimentos atrelados em CDI, com remuneração entre 99,0% e 101,5% da variação do CDI (100,0% e 100,7% em 31 de dezembro de 2014), com garantia de resgate imediato e com risco insignificante de mudança em seu valor contábil.

Os investimentos financeiros em moeda estrangeira mantidos pela controlada Tavex Argentina S.A. são denominados em peso argentino (AR$) e remunerados por taxas médias anuais entre 15,06% e 30,0% ao ano (entre 13,6% e 25,9% ao ano em 31 de dezembro de 2014).

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2015, a controlada Santista Work reclassificou o montante de R$14.857, da rubrica "caixa e equivalentes de caixa" para a rubrica "aplicações financeiras" para atender certas cláusulas contratuais de garantia de possíveis valores a pagar decorrente da alienação, de sua controlada Tavemex S.A., conforme na nota explicativa 1.c), cuja transação foi concluída em abril de 2015.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	2015	**2014**
Mercado interno	137.425	152.168
Mercado externo	93.275	66.903
Partes relacionadas (nota explicativa nº 11)	1.057	656
	231.757	219.727
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33.558)	(41.314)
	198.199	178.413
Circulante	196.830	177.316
Não circulante	1.369	1.097

Os saldos a receber por idade de vencimento dos títulos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão distribuídos conforme segue:

	2015	**2014**
A vencer	166.308	164.269
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	17.874	10.342
De 31 a 60 dias	3.243	2.569
De 61 a 90 dias	1.863	1.680
Acima de 90 dias	42.469	40.867
	231.757	219.727

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 está demonstrada a seguir:

	2015	**2014**
Saldo no início do exercício	(41.314)	(37.053)
Operação descontinuada	–	5.820
(Provisão) reversão	7.756	(10.081)
Saldo no fim do exercício	(33.558)	(41.314)

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento, conforme demonstrado no quadro de contas a receber de clientes por idade de vencimento. Exceto para alguns casos de clientes em atraso com dívidas renegociadas, para os quais a Companhia e suas controladas possuem como garantia cartas de crédito e imóveis, elas não mantêm nenhuma outra garantia para os demais títulos em atraso, os quais estão incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

8. ESTOQUES

	Consolidado	
	2015	**2014**
Produtos acabados	54.877	69.880
Produtos em elaboração	62.529	47.021
Matérias-primas	24.729	14.836
Almoxarifado	35.569	31.090
Importações em andamento	1.898	2.582
Provisão para perdas nos estoques	(1.386)	(1.479)
	178.216	163.930

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 está assim representada:

	2015	**2014**
Saldo no início do exercício	(1.479)	(852)
(Provisão) reversão	93	(627)
Saldo no fim do exercício	(1.386)	(1.479)

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Consolidado	
	2015	**2014**
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	21.106	11.630
Imposto sobre Valor Agregado - IVA (Argentina, México e Chile)	1.288	973
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF e antecipações de IRPJ	43.937	11.628
Imposto de renda pago a maior - Plano Verão IRPJ (*)	27.577	–
Antecipações de CSLL	970	3
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	212	260
Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e outros	984	862
(–) Provisão para desvalorização na venda de créditos de ICMS	(1.028)	(1.117)
	95.046	24.239
Parcela do circulante	93.481	23.084
Parcela do não circulante	1.565	1.155

(*) Em 2015 a controlada Santista Work obteve o trânsito em julgado de processo judicial, relacionado à empresa Companhia Jauense Industrial (incorporada em 2005 pela Companhia), referente a impostos recolhidos indevidamente no período de 1989 a 1991, decorrente da correção monetária de balanços, indexados por índices divulgados pelo Governo à época. Em virtude da sentença judicial favorável, a Companhia reconheceu em seu balanço os valores relacionados aos pagamentos dos impostos recolhidos indevidamente à época, sendo R$6.806 de principal, na rubrica "Outras Receitas Operacionais", e R$20.771 de atualização monetária.

A movimentação da provisão para perdas na realização dos impostos a recuperar para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 está assim representada:

	2015	**2014**
Saldo no início do exercício	(1.117)	(1.031)
(Provisão) reversão	89	(86)
Saldo no fim do exercício	(1.028)	(1.117)

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social do consolidado e da controladora e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IRPJ e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	123.991	(156.144)	158.940	(53.991)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social à taxa combinada - 34%	(42.157)	53.089	(54.040)	18.357
Exclusões (adições) permanentes líquidas:				
Resultado de equivalência patrimonial	42.288	(52.995)	–	–
Baixa de prejuízos fiscais e base negativa, conforme acervo líquido contábil cindido	–	–	–	(9.334)
(Provisão) reversão do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças temporárias cujos créditos não foram registrados pelo fato de a Companhia ter registrado provisão para o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos	(124)	–	22.569	(70.018)
Ajustes de alíquota nominal das controladas no exterior	–	–	1.681	(5.102)
Efeito da operação descontinuada	–	–	1.909	19.382
Outras exclusões (adições) permanentes	(148)	(94)	335	(509)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	(141)	–	(27.546)	(47.224)
Correntes	–	–	(28.002)	(11.109)
Diferidos	(141)	–	456	(36.115)

b) Composição dos impostos diferidos - consolidado

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

	2015			2014		
	IRPJ	**CSLL**	**Total**	**IRPJ**	**CSLL**	**Total**
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	247.494	253.660	–	194.360	196.462	–
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas nos estoques	1.386	1.218	–	1.479	1.301	–
Provisão para perdas de recebíveis	3.688	3.589	–	8.964	8.781	–
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e tributos com exigibilidade suspensa	17.697	15.670	–	27.574	25.547	–
Provisão para contas a pagar e outras provisões	24.841	24.841	–	26.481	26.481	–
Provisão para perdas com operação descontinuada	–	–	–	74.200	74.200	–
(Ganhos) perdas não realizados com instrumentos financeiros derivativos	(64.178)	(64.178)	–	(31.750)	(31.750)	–
Custo atribuído ao ativo imobilizado	(28.623)	(23.702)	–	(30.262)	(25.564)	–
Obrigações de planos de pensão e benefícios pós-emprego	(1.366)	(1.366)	–	(308)	(308)	–
Outras	13.498	10.755	–	7.309	9.142	–
Amortização de deságios	(71.418)	(45.318)	–	(71.418)	(45.318)	–
Total da base de cálculo	143.019	175.169	–	206.629	238.974	–
Alíquotas vigentes	25%	9%	–	25%	9%	–
	35.754	15.765	51.519	51.657	21.508	73.165
Provisão para não realização de imposto de renda e contribuição social	(54.086)	(19.844)	(73.930)	(70.950)	(25.549)	(96.499)
Total	(18.332)	(4.079)	(22.411)	(19.293)	(4.041)	(23.334)
Passivo tributário diferido líquido			(22.628)			(23.493)
Ativo tributário diferido líquido			217			159

Para o encerramento de 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Administração da Companhia, fundamentada no novo plano de negócio aprovado e na expectativa de não geração de lucros tributáveis suficientes para compensar os créditos tributários diferidos, provisionou integralmente esses créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para as controladas brasileiras.

O imposto de renda diferido passivo refere-se à amortização fiscal do deságio gerado na aquisição de suas controladas (registrado na controladora e no consolidado) e ao custo atribuído do imobilizado das suas controladas, direta e indireta, no Brasil e na Argentina, no consolidado.

A legislação fiscal brasileira permite que os prejuízos fiscais sejam compensados indefinidamente com lucros tributáveis futuros; entretanto, a legislação fiscal limita o uso dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social em cada ano a 30% da receita tributável.

O imposto de renda diferido registrado em 31 de dezembro de 2015, no montante de R$217, refere-se às operações da subsidiária Tavex Argentina S.A. e possui estimativa para realização integral no ano 2016.

Lei nº 12.973/14

A Lei nº 12.973, publicada em maio de 2014, trouxe alterações relevantes à legislação tributária que, entre outras, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT). Estas alterações impactam diretamente a determinação da base de cálculo do IRPJ e CSLL. A partir de 2015 a aplicação da norma é obrigatória e a Companhia aplicou os preceitos dessa lei.

11. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os saldos e as transações entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Controladora

	Contas a receber		Contas a pagar		Dividendos a receber		Dividendos a pagar	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Santista Work Solution S.A.	4	103	–	–	5.730	6.612	–	–
Santista Jeanswear S.A.	2	1	–	–	–	–	–	–
Tavex Argentina S.A.	–	–	200	151	–	–	–	–
Grupo Tavex S.A.	22	22	–	–	–	–	2.497	2.497
	28	126	200	151	5.730	6.612	2.497	2.497
Parcela do circulante	–	–	200	151	5.730	6.612	2.497	2.497
Parcela do não circulante	28	126	–	–	–	–	–	–

Consolidado

	Contas a receber		Contas a pagar		Dividendos a pagar		Receita de vendas		Receitas (despesas) financeiras	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Settavex S.A.	–	649	–	–	–	–	–	1.099	–	–
Grupo Tavex S.A. (a)	290.966	261.307	12.766	9.165	2.634	2.634	–	–	121.132	50.914
Icortex S.A.	–	–	–	–	–	–	–	–	4.994	1.254
Tavemex S.A. (a)	–	78.319	–	–	–	–	–	–	–	2.925
Camargo Corrêa S.A.	3.823	4.053	–	2.928	–	–	–	–	(1.154)	(10.081)
	294.789	344.328	12.766	12.093	2.634	2.634	–	1.099	124.972	45.012
Parcela do circulante (b)	1.057	656	12.766	12.093	2.634	2.634	–	–	–	–
Parcela do não circulante	293.732	343.672	–	–	–	–	–	–	–	–

(a) O saldo a receber refere-se ao contrato de mútuo denominado em dólar norte-americano sujeito a juros calculados à taxa LIBOR semestral, mais 3% ao ano.

Em dezembro de 2014, a Administração elaborou o plano de alienação da controlada Tavemex, conforme descrito na nota explicativa nº 1.c), concluída em 2015. O resultado dessa alienação está demonstrado na nota explicativa nº 30. Considerando que essa transação de mútuo era entre as controladas diretas e indiretas, respectivamente, Santista Jeanswear S.A. (atual razão social da Tavex Indústria Têxtil S.A). e Tavemex (controlada direta da Santista Work Solution S.A.), o saldo do mútuo foi liquidado entre as partes quando da efetiva conclusão da alienação.

(b) Os saldos registrados no ativo e passivo circulantes referem-se substancialmente a operações de compra e venda de produtos e serviços, as quais são efetuadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes. Do saldo registrado em 31 de dezembro de 2015 no ativo circulante, R$1.057 estão registrados na rubrica "Contas a receber de clientes" e, no passivo circulante, R$12.766 estão registrados na rubrica "Partes relacionadas" (R$656 na rubrica "contas a receber" e R$12.093 na rubrica "Partes relacionadas" em 31 de dezembro de 2014).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em abril de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R$2.497, referentes ao lucro líquido auferido no exercício de 2011, os quais se encontram pendentes de pagamento.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em abril de 2011, foi aprovada a proposta para pagamento de dividendos da controlada Santista Work Solution S.A. no montante de R$2.536, referente ao lucro líquido auferido no exercício de 2010, dos quais R$883 foram pagos no exercício de 2015, remanescendo um saldo de R$54.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em abril de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos da controlada Santista Work Solution S.A. no montante de R$5.676, referentes ao lucro líquido auferido no exercício de 2011, os quais se encontram pendentes de pagamento.

b) Remuneração dos administradores

A remuneração dos membros da Administração da Companhia e de suas controladas é de R$7.256 (R$4.887 em 31 de dezembro de 2014).

12. INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

Investimentos diretos

	Icortex S.A.	**Tavex Chile Ltda.**	**Tavex Chile S.A.**	**Santista Work Solution S.A.**	**Santista Jeanswear S.A.**	**Total**
Informações em 31 de dezembro de 2015:						
Número de ações possuídas	3.971	1	150	2.535.361.137	491.750	–
Percentual de participação - %	100,00	83,00	0,71	98,35	98,35	–
Patrimônio líquido	(7.409)	96.780	100,234	112.534	(44.076)	–
Lucros não realizados nos estoques	–	–	–	(5.777)	–	–
	(7.409)	96.780	100.234	106.757	(44.076)	–
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.453	11.830	12.072	143.828	(27.105)	–
Valor contábil do investimento em 31 de dezembro de 2015	(7.409)	80.324	712	104.905	(43.349)	135.183
Resultado de equivalência patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:						
Das operações	1.453	9.819	86	141.462	(26.657)	126.163
Lucros não realizados nos estoques	–	–	–	(1.785)	–	(1.785)
Das paridades cambiais	(4.482)	15.228	135	(10.664)	–	217
Outras movimentações-						
Aporte de capital	252	–	–	–	–	252
Informações em 31 de dezembro de 2014:						
Número de ações possuídas	3.971	1	150	2.535.361.137	491.750	–
Percentual de participação - %	100,00	83,00	0,71	98,35	98,35	–
Patrimônio líquido	(4.633)	66.602	69.135	(20.526)	(17.223)	–
Lucros não realizados nos estoques	–	–	–	(3.993)	–	–
	(4.633)	66.602	69.135	(24.519)	(17.223)	–
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	928	8.290	8.438	(127.151)	(39.287)	–
Valor contábil do investimento em 31 de dezembro de 2014	(4.633)	55.278	491	(24.181)	(16.939)	10.016
Resultado de equivalência patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014:						
Das operações	928	6.880	60	(125.059)	(38.639)	(155.830)
Lucros não realizados nos estoques	–	–	–	(39)	–	(39)
Das paridades cambiais	(1.990)	(504)	(5)	(5.473)	–	(7.972)
Outras movimentações-						
Aporte de capital	–	–	–	–	50	50

Classificados conforme abaixo na Controladora	**2015**	**2014**
Ativo não circulante - Investimentos	185.941	55.769
Passivo circulante - Provisão para perda de investimentos	(50.758)	(45.753)

Exceto pela controlada indireta, Tavex Argentina S.A., as demais controladas da Companhia encontram-se sem operação comercial e os resultados apurados se referem basicamente das atualizações monetárias e cambiais dos saldos remanescentes, a pagar e a receber, de transações entre o próprio grupo.

Investimentos indiretos por meio da controlada Santista Work Solution S.A.

	Tavex Argentina S.A.
Informações em 31 de dezembro de 2015:	
Número de ações possuídas	86.088.305
Percentual de participação - %	99,98
Patrimônio líquido	102.907
Lucro líquido do exercício	48.351
Valor do investimento	102.887
Resultado de equivalência patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014:	
Das operações	48.342
Das paridades cambiais	(10.842)
Outras movimentações-	
Dividendos declarados	(7.070)
Informações em 31 de dezembro de 2014:	
Número de ações possuídas	86.088.305
Percentual de participação - %	99,98
Patrimônio líquido	72.843
Lucro líquido do exercício	15.939
Valor do investimento	72.829
Resultado de equivalência patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014:	
Das operações	15.935
Das paridades cambiais	(5.563)
Outras movimentações-	
Dividendos declarados	(5.545)

Informações em 31 de dezembro de 2015:

As operações realizadas pela Tavex Argentina S.A.. são substancialmente as mesmas realizadas pela Santista Work, ou seja, o processamento de algodão, a fiação, a tecelagem e o acabamento de tecidos profissionais (segmento "work").

13. IMOBILIZADO

		Consolidado					
		2015			2014		
	Taxa média anual de depreciação - %	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**
Terrenos	–	15.273	–	15.273	15.277	–	15.277
Edifícios	3	125.389	(72.859)	52.530	125.511	(68.553)	56.958
Equipamentos industriais	5	631.070	(481.181)	149.889	627.563	(471.167)	156.396
Móveis e utensílios	8	15.477	(11.888)	3.589	14.952	(11.230)	3.722
Veículos	20	4.493	(3.500)	993	4.779	(3.666)	1.113
Equipamentos de informática	33	19.684	(18.876)	808	19.868	(18.555)	1.313
Bens destinados à venda	–	143	–	143	247	–	247
Projetos em andamento	–	31.618	–	31.618	12.235	–	12.235
Provisão para perdas	–	(3.394)	–	(3.394)	(1.496)	–	(1.496)
		839.753	(588.304)	251.449	818.936	(573.171)	245.765

Mutações do imobilizado

	2015	**2014**
Saldo no início do exercício	245.765	414.207
Adições (líquidas das transferências de projetos encerrados):		
Equipamentos industriais	21.262	10.092
Projetos em andamento e outros	20.207	7.097
	41.469	17.189
(–) Ativos mantidos para venda - controlada Tavemex S.A. de C.V. (*)	–	(138.369)
(–) Baixas líquidas	(5.129)	(8.107)
(Provisão) reversão da provisão para perdas	(1.897)	939
(–) Depreciação	(28.759)	(40.094)
Saldo no fim do exercício	251.449	245.765

(*) Em dezembro de 2014, a Administração aprovou o plano de alienação da controlada Tavemex, conforme descrito na nota explicativa nº 1.c), tendo sido concluído em 2015, vide resultado da transação na nota explicativa nº 30.

14. INTANGÍVEL

		Consolidado					
		2015			2014		
	Taxa média anual de amortização - %	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Líquido**	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Líquido**
Gastos com desenvolvimento de produtos	20	40.543	(29.692)	10.851	36.438	(25.131)	11.307
Direitos de uso de software	33	35.040	(34.936)	104	35.011	(34.568)	443
Marcas e patentes	–	5.720	(890)	4.830	3.846	(889)	2.957
		81.303	(65.518)	15.785	75.295	(60.588)	14.707

Mutações do intangível

	2015	**2014**
Saldo no início do exercício	14.707	23.255
Adições:		
Gastos com desenvolvimento de produtos	4.135	3.817
Marcas e patentes	1.869	–
Direitos de uso de software	29	93
(–) Ativos mantidos para venda - controlada Tavemex S.A. de C.V. (*)	–	(7.581)
Baixas líquidas e variações cambiais	(25)	(74)
(–) Amortização	(4.930)	(4.803)
Saldo no fim do exercício	15.785	14.707

(*) Em dezembro de 2014, a Administração aprovou o plano de alienação da controlada Tavemex, conforme descrito na nota explicativa nº 1.c).

Informações adicionais sobre o intangível (consolidado)

	2015	**2014**
Gastos com pesquisa de produtos registrados no resultado	4.968	4.799

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2015	**2014**
Nacionais	19.247	19.175
Estrangeiros	41.307	26.089
	60.554	45.264

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Indexador e taxa média anual de juros	Vencimento	Consolidado 2015	Consolidado 2014
Moeda estrangeira:				
2015 - US$73.883 mil		de março a agosto		
2014 - US$128.432 mil (a)	VC (e) + 2,78%	de 2016	288.499	309.391
2015 - AR$2.311 mil				
2014 - AR$39.336 mil	VC (f) + 15,25%	–	697	12.699
2015 - AR$92.796 mil				
2014 - AR$82.712 mil (g)	VC (f) + 25 %	–	27.997	26.236
Adiantamento de Contratos de Câmbio - ACC e Adiantamento de Contratos de Exportação - ACE: 2014 - US$6 mil	VC (e) + 5,32%	–	–	17
Moeda local:				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (b)	9,21%	–	2.394	30.121
Debêntures (c)	111,5% do CDI	Junho/2016	490.001	481.472
Capital de giro (d)	10,5%	–	30.865	37.660
Fornecedores convênio (h)	11,61%	–	38.762	20.341
			879.215	917.937
Parcela do circulante			878.518	266.681
Parcela do não circulante			697	651.256

(a) Nesse grupo estão incluídos ganhos não realizados com operações de “Swap” e “Non Deliverable Forward - NDF” em aberto em 31 de dezembro de 2015 de R$64.178 (R$31.750 em 31 de dezembro de 2014) (vide detalhes na nota explicativa nº20.d)). Esses financiamentos possuem prazos de vencimento entre março e agosto de 2016 e estão garantidos por aval da Camargo Corrêa S.A.

(b) Tal financiamento está garantido pelos bens objeto do financiamento e possui vencimento em abril de 2016, sendo a amortização de principal e de juros feita mensalmente.

(c) Com base na Instrução CVM nº 476/09, a controlada Santista Jeanswear S/A (atual razão social da Tavex Indústria Têxtil S.A.) efetuou, em junho de 2014, a emissão de 45.000 debêntures simples, tendo como coordenadores o Banco Votorantim e o Banco do Brasil (BB - Banco de Investimento S.A.), com valor unitário de R$10.000, totalizando R$450.000. Os recursos obtidos com a emissão dessas debêntures foram utilizados pela Emissora para reestruturação de dívidas da própria Emissora e/ou da coligada Santista Work Solution S.A., e estão garantidos pela Camargo Corrêa S.A. e pela coligada Santista Work Solution S.A.

(d) Garantido por cartas de crédito industrial e aval da Companhia e da Camargo Corrêa S.A.

(e) Variação cambial do dólar norte-americano.

(f) Variação cambial do peso argentino.

(g) Convênio firmado entre a Companhia e instituições financeiras para que seus fornecedores possam antecipar recebíveis sacados contra a Companhia sob a modalidade de “cessão de crédito mediante a confirmação de vendas mercantis”, sendo a Companhia, a partir da data da cessão dos referidos créditos, a responsável pela liquidação dos recebíveis antecipados pelas instituições financeiras, com prazo máximo de 180 dias. O custo é cobrado diretamente dos fornecedores que utilizam o Convênio.

(h) Convênio firmado entre a Companhia e instituições financeiras para que seus fornecedores possam antecipar recebíveis sacados e notas promissórias rurais (NPRs) contra a Companhia sob a modalidade de “cessão de crédito mediante a confirmação de vendas mercantis”, sendo a Companhia, a partir da data da cessão dos referidos créditos, a responsável pela liquidação dos recebíveis antecipados pelas instituições financeiras, com prazo máximo de 120 dias. O custo é cobrado diretamente dos fornecedores que utilizam o Convênio.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas não contêm cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros.

Em 31 de dezembro de 2015, os montantes classificados no passivo não circulante possuem vencimento integral para 2017.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Consolidado 2015	Consolidado 2014
Imposto Sobre Serviços - ISS	40	44
ICMS	302	1.603
IVA (Argentina, Chile)	62	97
COFINS e PIS	3.253	1.555
Contribuição previdenciária sobre receita bruta	927	391
Tributos com exigibilidade suspensa (*)	2.027	2.027
IRRF e outras retenções	1.500	1.202
	8.111	6.919

(*) São representados por IRPJ e CSLL, cuja exigibilidade se encontra suspensa por amparo de medida liminar impetrada pela controlada Santista Work Solution S.A. e pela Companhia Jauense Industrial (antiga denominação social da controlada Santista Work Solution S.A.).

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos de natureza trabalhista, tributária e cível em andamento que envolvem responsabilidades contingentes. Os processos encontram-se em fase de defesa administrativa ou em trâmite na esfera judicial.

A provisão para riscos é estabelecida pela Administração, levando em consideração a opinião dos assessores legais, por valores atualizados com base nas estimativas de perdas prováveis.

A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

Consolidado

	Trabalhistas e previdenciários (a)	Tributários (b)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	20.059	16.116	36.175
Adições	12.414	4.565	16.979
Reversões e pagamentos	(13.416)	(11.348)	(24.764)
Atualização monetária	502	199	701
Saldos em 31 de dezembro de 2014	19.559	9.532	29.091
Adições	4.708	241	4.949
Reversões e pagamentos	(13.705)	(2.246)	(15.951)
Atualização monetária	161	233	394
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10.723	7.760	18.483

(a) Reclamações trabalhistas e previdenciárias:

Estão representadas principalmente por processos movidos por ex-empregados da Companhia e de suas controladas sediadas no Brasil.

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do Supremo Tribunal Federal - STF que suspende a alteração levada a efeito pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho (“TR”) pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja nova decisão do STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho (“TR”). Desta forma, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos.

(b) Processos tributários (Controladas no Brasil):

Referem-se substancialmente a autos de infração fiscal relativos a IPI, ICMS e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

As controladas da Companhia possuem outros processos judiciais e administrativos, cujos riscos de perda foram classificados pela Administração e pelos assessores legais como possíveis; portanto, não foi constituída provisão para os referidos processos. O montante desses processos de natureza tributária e trabalhista em 31 de dezembro de 2015 é de R$291.809 e R$18.682, respectivamente (total de R$56.777 e R$ 3.095 em 31 de dezembro de 2014).

Controladas no Brasil

Dos processos classificados como de perda possível, R$235.609 relativos a processo administrativo decorrentes de autos de infração relativos a Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, do ano de 2009, referente à distribuição de dividendos em valor superior ao lucro cumulado escriturado após o encerramento do ano-base 2008 e R$43.549 referem-se a autos de infração fiscal relativos a créditos de PIS e COFINS de diversas naturezas que também estão sendo discutidos, pela controlada Santista Work Solution S.A., na esfera administrativa.

Os parcelamentos de tributos são apresentados como segue:

Controladora

	2015	2014
Outras obrigações - circulante	170	157
Parcelamento de impostos - não circulante	1.334	1.386

Consolidado

	2015	2014
Outras obrigações - circulante	1.042	1.209
Parcelamento de impostos - não circulante	3.812	4.619

Parcelamento de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09

Em 30 de junho de 2011, foi concluído o processo de consolidação dos débitos fiscais perante a Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, totalizando o valor de R$3.262, passando a Companhia e sua controlada Santista Work Solution S.A., a partir dessa data, a recolher mensalmente as parcelas devidas do referido parcelamento. Os valores totais no consolidado foram reclassificados para a rubrica “Parcelamento de tributos”, sendo em 31 de dezembro de 2015 os saldos de R$170 (R$157 em 31 de dezembro de 2014) no passivo circulante, na rubrica “Outras obrigações”, de R$1.334 (R$1.386 em 31 de dezembro de 2014) no passivo não circulante, na controladora, de R$341 (R$315 em 31 de dezembro de 2014) no passivo circulante, na rubrica “Outras obrigações”, e de R$2.672 (R$2.777 em 31 de dezembro de 2014) no passivo não circulante, no consolidado.

Parcelamentos de débitos tributários estaduais

Em 22 de janeiro de 2013, foi deferido o pedido de parcelamento para pagamento de ICMS perante a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo da controlada Santista Work Solution S.A., totalizando o valor de R$630. Em 30 de agosto de 2013, essa controlada também obteve o deferimento do Programa Especial de Parcelamento - PEP, perante a mesma Secretaria, para os débitos inscritos em dívida ativa, totalizando R$3.421, passando, a partir dessa data, a recolher mensalmente as parcelas devidas do referido parcelamento. O valor total de R$5.310, já desconsiderando o desconto de R$1.259, foi reclassificado, respectivamente, para as rubricas “Parcelamento de tributos”, no passivo não circulante, e “Outras obrigações”, no passivo circulante, cujos saldos em 31 de dezembro de 2015 eram de R$1.140 e R$702, respectivamente (R$1.842 e R$894, respectivamente, em 31 de dezembro de 2014).

Depósitos judiciais

Representam ativos restritos das controladas e são relativos a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. Os depósitos judiciais mantidos pela Companhia e por suas controladas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão assim representados:

	Consolidado 2015	Consolidado 2014
Processos trabalhistas	4.706	5.448
Processos cíveis	87	401
Processos tributários	3.628	3.373
Outros	67	67
	8.488	9.289

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o capital social da Companhia, no montante de R$202.532, estava representado por 11.111.105 ações ordinárias e 8.704.959 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

A Companhia tem como principal acionista o Grupo Tavex S.A. (“Grupo Tavex”), sediado na Espanha, controlada do Grupo Camargo Corrêa.

b) Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, até alcançar 20% do capital social, de acordo com os requisitos da Lei das Sociedades por Ações.

c) Política de distribuição de dividendos

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto social da Companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em abril de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R$2.497, referentes ao lucro líquido auferido no exercício de 2011, os quais se encontram pendentes de pagamento.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de manter a capacidade de investimentos e a estratégia de crescimento.

a) Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	2015	2014
Ativos financeiros-		
Caixa e equivalentes de caixa	102.727	90.908
Aplicação financeira	14.857	–
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado-		
Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado:		
Contas a receber de clientes	197.142	177.757
Contas a receber de partes relacionadas	1.057	656
Mútuos a receber de partes relacionadas	284.362	336.188
Partes relacionadas	9.370	7.484
Outras contas a receber	34.358	24.324
Passivos financeiros:		
Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores	60.554	45.264
Empréstimos e financiamentos	879.215	917.937
Partes relacionadas	12.766	12.093

b) Considerações gerais

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos bancários e contratos de mútuo, bem como instrumentos financeiros derivativos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pelo acionista Camargo Corrêa S.A., controlador do Grupo Tavex.

Aplicações financeiras

A política de aplicações financeiras elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados e define os limites a serem aplicados em cada uma delas, estando a Companhia e suas controladas dentro desses limites em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

Políticas para contratação de instrumentos financeiros derivativos

Em virtude das obrigações financeiras assumidas pela Companhia e por suas controladas em moedas estrangeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos e de importação de insumos, a Administração, seguindo diretrizes do acionista Camargo Corrêa S.A., pode contratar operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar riscos cambiais, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos.

c) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, no consolidado, os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira estão relacionados a seguir:

	2015	2014
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	67.745	6.489
Contas a receber de clientes, incluindo partes relacionadas	94.332	67.559
Mútuos com partes relacionadas	289.911	339.619
Total do ativo	451.988	413.667
Passivo:		
Contas a pagar a fornecedores	(41.307)	(26.087)
Empréstimos e financiamentos (valores sem efeito do swap)	(353.374)	(348.344)
Total do passivo	(394.681)	(374.431)
Exposição cambial líquida	57.307	39.236

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos a receber de clientes e partes relacionadas, de empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores e outros, denominados substancialmente em dólares norte-americanos.

d) Detalhamento das operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2015, a controlada Santista Work Solution S.A. possuía operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos, compostas como segue:

Descrição	Valor de referência (nocional)	Valor justo - R$	Efeito acumulado até 31/12/15 a mercado Valor a receber (pagar)
Contratos de “swap”:			
Posição ativa:			
US$ + 3,80% a.a.	R$104.716	186.968	53.619
Libor + 1,30% a.a.	R$287.158	302.992	6.530
VC + 5,13% a.a.	R$30.000	34.107	2.196
		524.067	62.345
Posição passiva:			
113,65% do CDI	R$104.716	133.348	–
98% do CDI	R$287.158	296.462	–
128,0% do CDI	R$30.000	31.912	–
		461.722	–
Contratos a termo de moeda NDF (*):			
Posição comprada	US$26.667 mil	106.579	1.833
		106.579	1.833
Valor líquido a receber			64.178

(*) Em 31 de dezembro de 2015, a controlada Santista Work Solution S.A. possuía uma operação em aberto totalizando o valor nocional de US$26.667 mil, equivalentes a R$106.579.

Prazos de vencimento

“Swaps”: R$104.716 em fevereiro de 2016, R$ 287.158 em abril de 2016 e R$ 30.000 em agosto de 2016. NDF: R$106.579 (US$26.667 mil) em janeiro de 2016.

O saldo ativo de R$64.178 refere-se ao ajuste líquido a receber calculado a valor de mercado em 31 de dezembro de 2015, dos instrumentos financeiros derivativos em aberto naquela data, registrado na rubrica “Empréstimos e financiamentos”, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

e) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (incluindo riscos de moeda e de taxa de juros), de crédito e de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo acionista controlador Grupo Camargo Corrêa. A Tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

e.1) Risco de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, os quais envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i) Risco cambial

Em virtude das contas a receber e das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Companhia e por suas controladas em moedas estrangeiras, é conduzida uma política de proteção cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco.

São considerados os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações financeiras oriundos das operações da Companhia, bem como os fluxos de caixa futuros.

ii) Risco de taxa de juros

Esse risco decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. A Administração da Companhia e de suas controladas tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

e.2) Risco de crédito

Tal risco é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e dos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios.

É considerado baixo o risco de não liquidação das operações que a Companhia e suas controladas mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

e.3) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios das controladas, a Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e o caixa e equivalentes de caixa.

Pelo fato de as contas a receber serem liquidadas substancialmente em um prazo médio em torno de 60 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento das demonstrações financeiras.

f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e de suas controladas ao administrarem seu capital são salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida consolidada corresponde ao total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos:

	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	102.727	90.908
Aplicação financeira	14.857	–
(–) Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	(879.215)	(917.937)
Dívida líquida	(761.631)	(827.029)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	115.594	(8.793)
Índice de dívida líquida	6,59	–

g) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas de encerramento das demonstrações financeiras aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como não circulantes.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam métodos e define premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. O valor justo de contratos de câmbio a termo é determinado com base em taxas de câmbio a termo, cotadas nas datas de encerramento das demonstrações financeiras.

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar a fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

A Companhia aplica as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, conforme as práticas contábeis do pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

h) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros derivativos - “swaps”

Considerando as operações de “swap” cujo risco passou a ser CDI:

Risco da Companhia	Perda Cenário 1	Perda Cenário 2
Aumento do CDI	9.403	12.448

A Administração considera uma variação do índice aplicável de 25% e 50% para os cenários 1 e 2, respectivamente.

Considerando que a operação de “swap” de R$104.716, atrelada ao dólar norte-americano possui vencimentos em fevereiro de 2016, a Companhia entende não ser aplicável a análise de sensibilidade, uma vez que esta foi efetivamente liquidada, com taxa de R$3,9412, gerando ganho líquido de R$43.418, nas demonstrações financeiras do período subsequente.

Instrumentos financeiros derivativos - NDF

Considerando que a operação de “forward” atrelada ao dólar norte-americano possui vencimentos em janeiro de 2016, a Companhia entende não ser aplicável a análise de sensibilidade, uma vez que esta foi efetivamente liquidada, com taxa de R$4,0838, gerando ganho liquido de R$4.155, nas demonstrações financeiras do período subsequente.

Risco de taxa de juros

Exposição a risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI:

	2015
Total dos empréstimos e financiamentos	490.001
Aplicações financeiras	(46.134)
Exposição líquida	443.867

Para a exposição líquida dos empréstimos e financiamentos e dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao CDI, para a qual a Companhia está deduzindo os saldos das aplicações financeiras, também mantidas pelo CDI (nota explicativa nº 6), a Administração da Companhia entende que, considerando como baixo o risco de grandes variações no CDI em 2016, levando em conta o histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos, para a análise de sensibilidade para o risco de aumento nas taxas do CDI e da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, que afetariam as despesas financeiras da Companhia, deve ser considerado um aumento máximo de 25% na taxa do CDI (representando um incremento de aproximadamente 3,30 pontos percentuais), o que poderia trazer um impacto na despesa financeira de aproximadamente R$24.090.

Risco cambial

Considerando as exposições cambiais descritas no quadro do item b) anterior, em 31 de dezembro de 2015 a análise de sensibilidade seria como segue:

Risco da Companhia	Perda Cenário 1	Perda Cenário 2	Perda Cenário 3
Queda do US$	14.327	28.653	3.874

Considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2015 de R$3,90/US$1,00, o cenário 1 considera uma valorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano (R$2,93/US$1,00) e o cenário 2, uma valorização de 50% (R$1,95/US$1,00).

A Administração considerou para análise de sensibilidade para o cenário 3 a taxa de câmbio da data de elaboração das demonstrações financeiras de R$3,64/US$1,00 por entender que as variações cambiais para o exercício incorrido foram relevantes.

i) Operações de Pré-Pagamentos de Exportação - PPE e adoção da prática contábil para proteção (“hedge accounting”).

Para o encerramento do exercício de 2014, a Administração da controlada Santista Work Solution S.A., com base no plano de negócio, revisou as exportações altamente prováveis previstas para suportar o “hedge accounting” e, com base no teste de efetividade do “hedge accounting”, reverteu integralmente o montante de R$19.651 (R$12.970 líquidos dos impostos) registrado na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no patrimônio líquido, contra o resultado do exercício. Com isso, decidiu por revogar a adoção de tal prática a partir de janeiro de 2015.

21. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em 1º de janeiro de 2000, foi lançado o ALPAPREV - Sociedade de Previdência Complementar (anteriormente denominado SPASAPREV - Sociedade de Previdência Privada) para os empregados das controladas Santista Work Solution S.A. e Santista Jeanswear S.A..

É estruturado na modalidade “benefício definido”, totalmente custeado por contribuições da patrocinadora. Em agosto de 2000, foi criado o plano Super Prev, estruturado na modalidade “contribuição definida”, para o qual já migraram empregados equivalentes a 99% das reservas necessárias.

Os valores atuariais registrados nas controladas Santista Work Solucion S.A. e Santitsa Jeanswear S.A., são como segue:

	2015	2014
Valor presente da obrigação atuarial	(1.442)	(2.293)
Valor justo dos ativos do plano	4.069	3.524
Ativo (passivo) líquido total (*)	2.627	1.231

(*) Ativo registrado na rubrica “Outros créditos” no ativo não circulante e (passivo) na rubrica “Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas” no passivo não circulante.

As premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 foram as seguintes:

	2015	2014
Taxa de desconto financeiro	12,56%	11,46%
Inflação de longo prazo	5,00%	5,00%
Tábua de mortalidade geral	AT2000 (-10)	AT2000 (-10)

A contribuição efetuada pela controlada no plano de benefício definido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R$1.457 (R$1.637 em 31 de dezembro de 2014).

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado 2015	Consolidado 2014
Receita bruta de vendas:		
Mercado interno	594.610	641.245
Mercado externo	596.051	330.566
Abatimentos e cancelamentos	(11.210)	(15.376)
Impostos incidentes sobre as vendas	(221.611)	(178.464)
	957.840	777.971

23. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado 2015	Consolidado 2014
Matéria-prima	345.351	306.623
Salários, encargos e benefícios	205.783	152.445
Energia e combustíveis	86.922	67.544
Outros custos	119.345	106.008
Custo dos produtos vendidos	757.401	632.620
Salários, encargos e benefícios	33.884	23.355
Propaganda e publicidade	12.310	11.146
Serviços de terceiros	27.370	25.439
Fretes	21.695	18.258
Outras	10.095	24.334
	105.354	102.532
Despesas com vendas	66.443	69.403
Despesas gerais e administrativas	38.911	33.129
	105.354	102.532

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Consolidado 2015	Consolidado 2014
Receitas:		
Ganho processos tributários e cíveis	8.806	–
Ganho na venda de imobilizado	6.442	–
Venda de excedente de energia elétrica	–	15.194
Créditos tributários extemporâneos de PIS e COFINS	–	3.619
Outras	6.846	193
	22.094	19.006
Despesas:		
Reestruturação operacional	(2.700)	(4.877)
Provisão para perdas no imobilizado, líquido da reversão (nota explicativa nº 13)	(1.897)	954
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 18)	(4.949)	(16.979)
Baixas líquidas de bens do imobilizado	(2.769)	(1.076)
Outras	–	(11.369)
	(12.315)	(33.347)
	9.779	(14.341)

25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado 2015	Consolidado 2014
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	8.632	6.188
Juros sobre recebimento de contas a receber em atraso	11.103	9.091
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (nota explicativa nº 11)	11.315	9.027
Atualização monetária com ganhos processos tributários (nota explicativa nº 9) e outros	20.915	–
	51.965	24.306
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(18.479)	(42.766)
Encargos sobre debêntures	(68.237)	(32.596)
Juros e atualização monetária sobre mútuos e aval concedido por parte relacionada sobre empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 11)	(1.154)	(7.156)
Descontos concedidos	(15.334)	(13.898)
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros derivativos e efeitos de variação de valor justo de “hedge” de fluxo de caixa realizado	(40.376)	(24.090)
Despesas bancárias	(2.085)	(2.768)
Outras	(18.583)	(9.768)
	(164.248)	(133.042)

26. VARIAÇÃO CAMBIAL, LÍQUIDA

	Consolidado 2015	Consolidado 2014
Variação cambial ativa:		
Mútuos com partes relacionadas (nota explicativa nº 11)	114.811	43.141
Contas a receber de clientes do exterior	8.159	4.476
Aplicação financeira	7.955	389
Empréstimos e financiamentos, “forwards” e “swaps”	42.550	–
	173.475	48.006
Variação cambial passiva:		
Empréstimos e financiamentos, “forwards” e “swaps”	–	(17.749)
Outros	(7.116)	(3.990)
	(7.116)	(21.739)
Variação cambial líquida	166.359	26.267

27. AVAIS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2015, em adição aos divulgados na nota explicativa nº 16, os avais oferecidos pela Companhia e por suas controladas às instituições financeiras totalizavam R$6.867 (R$6.017 em 31 de dezembro de 2014) e referem-se às operações de financiamento de vendas - “vendor”.

28. RESULTADO POR AÇÃO

2015	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN	Total
Denominador:			
Média ponderada da quantidade de ações total	11.111.105	8.704.959	19.816.064
Ações em relação ao total - %	56,07	43,93	100,00
Numerador - básico e diluído:			
Lucro líquido do exercício das operações continuadas atribuível a cada classe de ações	69.443	54.407	123.850
Lucro líquido do exercício por ação básico e diluído - R$	6,250	6,250	6,250

2014	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN	Total
Denominador:			
Média ponderada da quantidade de ações total	11.111.105	8.704.959	19.816.064
Ações em relação ao total - %	56,07	43,93	100,00
Numerador - básico e diluído:			
Prejuízo do exercício das operações continuadas atribuível a cada classe de ações	(87.550)	(68.594)	(156.144)
Prejuízo do exercício por ação básico e diluído - R$	(7,880)	(7,880)	(7,880)

29. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

a) Arrendamentos operacionais

Em 31 de dezembro de 2015, a controlada Santista Jeanswear S.A. possui contratos de locação firmados com terceiros, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as despesas de aluguel totalizaram R$17.263 (R$16.243 em 31 de dezembro de 2014).

Compromissos futuros

Os compromissos futuros totais oriundos dos contratos de arrendamento operacional, a valores de 31 de dezembro de 2015, totalizam um montante fixo de R$90.001, assim distribuídos:

Exercício	R$
2016	18.000
2017	18.000
2018	18.000
2019 a 2020	36.001
	90.001

Tais operações possuem cláusulas restritivas de mercado, como garantias contra rescisão antecipada de contrato, entre outras, para as quais, em 31 de dezembro de 2015, a controlada Santista Jeanswear S.A. estava adimplente, fazendo com que nenhum dos contratos de aluguel vigentes estivesse sendo caracterizado naquela data como contrato oneroso pela Administração da Companhia. Adicionalmente, nenhum pagamento considerado contingente foi efetuado pela controlada durante o exercício de 2015.

b) Contratos de fornecimento de insumos

As controladas Santista Work Solution S.A. e Santista Jeanswear S.A. possuem compromissos decorrentes de contrato de fornecimento de energia elétrica, vigente até 2016, devendo ser adquirido um volume médio de demanda mínimo mensal de 30.200 kW, equivalente a R$3.034, podendo ser alterado com prazo mínimo de seis meses. Em 31 de dezembro de 2015, as controladas estavam adimplentes com os compromissos desse contrato.

As controladas Santista Work Solution S.A. e Santista Jeanswear S.A possuem compromissos decorrentes de contrato de fornecimento de energia elétrica vigente até 2019, devendo ser adquirido um volume médio MWh (megawatts/hora) mensal de 6.113MWh e 8.212MWh, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia estava adimplente com os compromissos desse contrato.

As controladas Santista Work Solution S.A. e Santista Jeanswear S.A. possuem compromissos decorrentes de contrato de fornecimento de gás natural, vigente até 2016, devendo ser adquirido um volume médio de demanda mínimo mensal de 194.706 m³, equivalente a R$3.958, podendo ser alterado com prazo mínimo de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2015, as controladas estavam adimplentes com os compromissos desse contrato.

A controlada Santista Work Solution S.A. possui compromissos decorrentes de contrato de fornecimento de biomassa (lenha) vigente até 2016, devendo ser adquirido um volume médio de demanda mínimo mensal de 1,5 ton., equivalente a R$340, podendo ser alterado com prazo mínimo de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2015, a controlada estava adimplente com os compromissos desse contrato.

30. OPERAÇÃO DESCONTINUADA

Em dezembro de 2014, a Administração elaborou o plano de alienação da controlada indireta Tavemex S.A., conforme descrito na nota explicativa nº 1.c), cuja transação foi realizada em abril de 2015. Os resultados das operações descontinuadas incluídos na demonstração do resultado estão apresentados a seguir.

Apuração do prejuízo do exercício de operação descontinuada - Tavemex	2015	2014
Saldo do investimento em 31 de dezembro	–	(78.142)
Apuração do caixa líquido da Tavemex S.A.	(11.611)	3.942
Resultado da venda da Tavemex S.A. reconhecido no resultado	(11.611)	(74.200)
Efeito da paridade cambial reclassificada do resultado abrangente para o resultado do exercício	–	37.071
Efeito da paridade cambial do reconhecida no resultado	5.739	1.663
Resultado de equivalência patrimonial	257	(22.267)
Resultado financeiro, líquido	–	67
	(5.615)	(57.666)

Esses negócios foram classificados e contabilizados em 31 de dezembro de 2014 como um grupo de ativos mantidos para venda, conforme segue:

Ativo relacionado ao negócio	Tavemex
Saldo do investimento	78.142
Resultado da venda da Tavemex reconhecido no resultado da controlada Santista Work Solution S.A.	(74.200)
	3.942

Ainda como resultado da alienação da Tavemex, a Companhia possui saldo receber no montante de R$17.600, reconhecido na rubrica “Outros créditos” no ativo não circulante”

31. COBERTURA DE SEGUROS - NÃO AUDITADO

A Companhia e suas controladas adotam a política de efetuar a cobertura de seguros para os bens do imobilizado e estoques sujeitos a risco de incêndio, pelo valor de reposição técnica, e para cobertura de lucros cessantes. Em 31 de dezembro de 2015, as coberturas de seguro equivalem a valores considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos.

32. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião de Diretoria realizada em 28 de março de 2016, foram aprovadas e autorizadas para divulgação as presentes demonstrações financeiras.

A DIRETORIA

CONTADOR: Adalberto Leonardo - CRC 1SP 199558/O-8

continua

SANTISTA

continuação

SANTISTA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 15.082.688/0001-73

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Santista Participações S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santista Participações S.A. ("Companhia"), nova denominação da Tavex Brasil Participações S.A., identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santista Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém operações financeiras envolvendo montantes relevantes com sua controladora, o Grupo Tavex S.A., representadas basicamente por empréstimos a receber. Referidos empréstimos foram efetuados com base em condições negociadas entre a Companhia e sua controladora, e visa fazer face aos passivos assumidos pelas suas controladas, com bancos para financiar as operações do Grupo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$432.481 mil e prejuízos acumulados de R$87.516 mil em 31 de dezembro de 2015. Conforme nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Administração da Companhia tem introduzido uma série de medidas de reestruturação operacional, buscando o restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia. Diante desse contexto e, bem como, considerando o plano de negócios para os próximos exercícios, a Administração da Companhia acredita que está tomando medidas oportunas para poder cumprir com o calendário de renovação da dívida de curto prazo e continuar obtendo o apoio financeiro do seu controlador final Camargo Corrêa, necessário para financiar suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, estão sendo reapresentados em decorrência do assunto descrito na nota explicativa nº 3.

São Paulo, 28 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Alessandro Costa Ramos
Contador
CRC nº 1 SP 198853/O-3

Deloitte.